



DL  
9

1.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa

Finanças, Património e Recursos Humanos

7.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa

Cultura, Educação, Juventude e Desporto

PARECER SOBRE A PROPOSTA n.º 105/2016

**Transferência da Gestão de equipamentos culturais para a EGEAC – Empresa Municipal de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M., S.A.**

Na sequência da entrada na Assembleia Municipal de Lisboa da Proposta n.º 105/2016 e da sua remessa pela Sr.ª Presidente da Assembleia às Comissões competentes em razão da matéria, a Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e a Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto deliberaram emitir Parecer Conjunto, nos termos seguintes:

**I – CONSIDERANDOS**

A EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M., é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral que tem por objeto assegurar a universalidade, a continuidade dos serviços prestados e a coesão económica e social local na área da cultura, através da gestão de equipamentos culturais e de atividades de promoção de projetos e iniciativas no domínio da cultura.

Para prossecução da sua missão, a EGEAC promove a gestão integrada dos equipamentos culturais que lhe são confiados pelo Município de Lisboa, a par da

programação e dinamização de uma diversidade de eventos e iniciativas na área da Cultura, numa lógica de serviço público, que procura ir ao encontro do interesse dos munícipes e de todos os que visitam a Cidade.

Com efeito e de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 4º dos Estatutos da EGEAC (1º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 993, de 28 de fevereiro de 2013) inclui-se no seu objeto a gestão de diversos equipamentos culturais e bem assim a realização de ações e eventos de animação cultural, abrangendo a organização de festivais, espetáculos, teatros de rua e outros eventos de natureza similar, incluindo institucionais, o que tem vindo a EGEAC a desenvolver anualmente com o programa das comemorações do Primeiro de Dezembro.

Na orgânica dos serviços do Município de Lisboa instituída em 2015, constante do Despacho n.º 5347/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 98, de 21 de maio, estabelece-se que as competências em matéria de gestão de museus e outros equipamentos culturais, que sejam propriedade ou geridos pelo Município, são prosseguidas através da Direção Municipal de Cultura, até à sua atribuição à empresa municipal que desenvolve a sua atividade na área da cultura, a EGEAC, E.M. (artigo 69.º n.º 1).

Nesse sentido, tem sido promovida a transferência gradual da gestão dos referidos equipamentos, por forma a dotá-los de condições de funcionamento mais flexíveis e adequadas à natureza das atividades que neles se desenvolvem, criando sinergias e otimizando os recursos na área da Cultura.

Numa primeira fase operou-se a transferência da gestão da Casa Fernando Pessoa para a EGEAC, E.M., na sequência da Deliberação n.º 507/CM/2012, publicada no 3.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 963, de 2 de Agosto de 2012, e posteriormente, através da Deliberação n.º 786/CM/2014, publicada no 4º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1087 operou-se a transferência da gestão do Atelier-Museu Júlio Pomar, das Galerias Municipais da Av. da Índia, Boavista, Quadrum, Torreão Nascente da Cordoaria Nacional e Pavilhão Branco e, bem assim, dos espaços que lhes estão associados - dois Ateliers dos Coruchéus e duas frações das "Residências da Boavista", sitas na Rua da Boavista, n.º 46 a 48 - os quais, funcionalmente, são utilizados na dependência e em estreita ligação com a programação das Galerias Municipais, reforçando a atuação da empresa no âmbito das artes visuais.

A referida transferência de gestão foi acompanhada por um subsídio à exploração, no montante global de 6 000 000,00 (seis milhões de euros), formalizado através de

contrato-programa, outorgado no dia 09 de Dezembro de 2015 e visado pelo Tribunal de Contas no dia 18 de fevereiro de 2016.

Importa agora concretizar o objetivo estratégico definido em 2011, através da transferência dos museus, teatros municipais e do projeto Africa.Cont que ainda se encontram sob gestão do Município de Lisboa para a EGEAC permitindo a gestão dos mesmos de uma forma mais consistente, estruturada e integrada, estando por seu lado a mencionada empresa em condições de assegurar a gestão e manutenção dos mesmos, incluindo os recursos humanos a eles afetos, mediante acordo de cedência de interesse público nos termos da legislação em vigor, ficando deste modo salvaguardados os direitos desses trabalhadores.

## II – ANÁLISE da PROPOSTA

1. A Proposta inclui a minuta de adenda ao Contrato-Programa celebrado com a EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M. a 9 de Dezembro de 2015, que prevê a transferência do montante máximo de € **2.550.777,00 (dois milhões quinhentos e cinquenta mil setecentos e setenta e sete euros)**, a título de subsídio à exploração.
2. Com a celebração do contrato em análise, com efeitos no primeiro dia do mês seguinte à data do visto do Tribunal do Contas, transfere-se a gestão dos seguintes equipamentos, bem como os imóveis afetos ao seu funcionamento, à EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M.:
  - a. Museu de Lisboa através dos seus núcleos Torreão Poente, Palácio Pimenta, Santo António, Núcleo Arqueológico da Casa dos Bicos e Teatro Romano
  - b. Museu do Aljube – Resistência e Liberdade
  - c. Museu Bordalo Pinheiro
  - d. Edifício sito ao Largo de Santos n.º 2
  - e. Teatro Aberto, sito à Praça de Espanha
  - f. Galeria da Mitra sita ao Beco da Mitra
  - g. Edifício sito na Avenida Calouste Gulbenkian, à Praça de Espanha, inscrito na matriz predial urbana n.º 802 da Freguesia de São Sebastião da Pedreira
  - h. Projeto Africa.Cont

12  
D

3. No âmbito da análise da presente proposta e dos trabalhos das Comissões procedeu-se à audição do Conselho de Administração da EGEAC, bem como da Vereadora da Cultura, Catarina Vaz Pinto, e do Vereador das Finanças, João Paulo Saraiva.

O Conselho de Administração da EGEAC referiu que com esta proposta transita também a manutenção do edificado dos sete teatros do município. Afirmaram ainda que a verba prevista no contrato programa é suficiente no presente ano e nos seguintes para cobrir as responsabilidades transitadas, o que foi corroborado pelos Srs. Vereadores das Finanças e da Cultura

### III – CONCLUSÕES e RECOMENDAÇÕES

A EGEAC continua a desempenhar um papel fundamental na área da Cultura para a cidade de Lisboa. Os dados que nos apresentam e o cardápio de atividades e iniciativas que desenvolvem e apoiam são sinónimos de uma crescente valorização da cultura e da cultura portuguesa.

O crescimento do turismo na cidade de Lisboa representa, também, para a EGEAC um importante instrumento para o aumento da sua receita, nomeadamente no Castelo de São Jorge.

A diversificação de fontes financeiras públicas e privadas permitem uma menor dependência do financiamento municipal, tendo em 2015 o apoio financeiro municipal sido apenas 30% da receita total da empresa.

Importa salientar que as verbas agora transferidas são suficientes para os novos encargos que a empresa municipal assume.

Com vista à concretização de um objetivo estratégico da CML, definido em 2011, à prossecução da missão da EGEAC e a uma gestão integrada dos equipamentos culturais da cidade, numa lógica de serviço público, importa agora concluir o processo de transferência dos equipamentos municipais ainda na esfera da Câmara Municipal.

A EGEAC deve manter o investimento na preservação, requalificação e divulgação do património edificado e imaterial, sendo que lhe compete, também, a gestão do edificado dos Teatros Municipais.

De salientar que o Mude - Museu do Design não será transferido para a EGEAC, estando a ser alvo de uma reorganização e obras, pelo que ficará ainda sob tutela do

Município até ser definido um novo modelo de governança que evolva outras entidades públicas e privadas.

#### IV – ANEXOS

Os signatários consideraram desnecessária a junção ao presente Parecer de quaisquer outros elementos documentais, nem tal foi solicitado por qualquer Deputado/a ou Grupo Municipal.

Os Grupos Municipais e Deputados/as Independentes representados/as nas Comissões reservam para o Plenário, a expressão do seu sentido de voto.

Este Parecer foi APROVADO por maioria dos Grupos Municipais e Deputados Independentes representados ou pertencentes nas/às Comissões, com a abstenção dos Deputados do PEV, MPT e PCP.

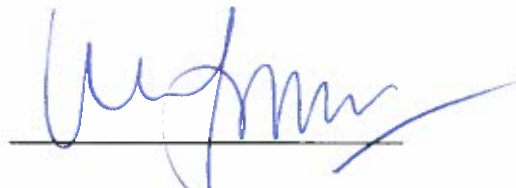
Assembleia Municipal de Lisboa, 14 de Abril de 2016

A Presidente da 1.ª Comissão



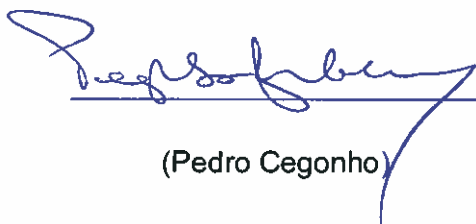
(Irene Lopes)

A Presidente da 7.ª Comissão



(Simonetta Luz Afonso)

O Deputado-Relator



(Pedro Cegonho)